



“COM VIADO NEM O DIABO PODE”: ‘GONGAÇÕES’ CRIATIVAS EM TEMPOS REACIONÁRIOS DE DISPUTAS COM GÊNEROSEXUALIDADES

“NI EL DIABLO PUEDE CON UN MARICO”: ‘GONGS’ CREATIVOS EN TIEMPOS REACCIONARIOS DE DISPUTAS SOBRE GÉNERO Y SEXUALIDADES

“NOT EVEN THE DEVIL CAN WITH A FAG”: CREATIVE ‘GONGS’ IN REACTIONARY TIMES OF DISPUTES WITH GENDER AND SEXUALITIES

*José Rodolfo do Nascimento Pereira*¹

*Jeane Félix da Silva*²

*Ana Cláudia da Silva Rodrigues*³

RESUMO

Nas últimas décadas, temos enfrentado ataques neoconservadores endereçados a populações específicas, como mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+, por meio de ataques de ódio com desejo de apagamento e de aniquilação das diferenças. O texto que se apresenta aqui, objetiva analisar as tensões em torno das questões de gênerosexualidades a partir de cenas cotidianas vividas no curso de Pedagogia de uma universidade federal. Para isso, ele se utiliza do cotidiano, das observações e das conversas como apostas *teoricometodológicas* para problematizar as questões que são produzidas pelos embates de uma sociedade assentada sobre a normatividade, que esquadrinha corpos e *gênerosexualidades* a partir da heterossexualidade. Com isso, percebemos que há disputas em torno da legitimação das possibilidades de vivência das vidas que se desviam das normas e, assim, constantes gongações-resistências aos processos que subalternizam algumas vidas em detrimento de outras.

PALAVRAS-CHAVE: Gênerosexualidades. Disputas. Neoconservadorismo. Diferenças

RESUMEN

En las últimas décadas, nos hemos enfrentado a ataques neoconservadores dirigidos a poblaciones específicas, como las mujeres, las personas negras y las personas LGBTQIAPN+, mediante ataques de odio que buscan borrar y aniquilar las diferencias.

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

² Doutora em Educação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Alagoas, Maceió, Brasil.

³ Doutora em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

El texto que se presenta aquí busca analizar las tensiones en torno a las cuestiones de género-sexualidad a partir de escenas cotidianas vividas en el curso de pedagogía de una universidad federal. Para ello, utiliza la vida cotidiana, las observaciones y las conversaciones como apuestas teórico-metodológicas para problematizar las cuestiones que surgen de los choques de una sociedad basada en la normatividad que examina los cuerpos y las género-sexualidad desde la perspectiva de la heterosexualidad. Con esto, percibimos que existen disputas en torno a la legitimación de las posibilidades de experimentar vidas que se desvían de las normas y, por lo tanto, una constante resistencia a los procesos que subordinan algunas vidas en detrimento de otras.

PALABRAS-CLAVE: Génerosexualidades. Disputas. Neoconservadurismo. Diferencias

ABSTRACT

In recent decades, we have faced neoconservative attacks aimed at specific populations, such as women, black people, and LGBTQIAPN+, through hate attacks that seek to erase and annihilate differences. The text presented here aims to analyze the tensions surrounding issues of gendersexualities based on everyday scenes experienced in the pedagogy course at a federal university. To do so, it uses daily life, observations, and conversations as theoretical-methodological bets to problematize the issues that are produced by the clashes of a society based on normativity that scrutinizes bodies and gendersexualities from the perspective of heterosexuality. With this, we realize that there are disputes surrounding the legitimization of the possibilities of experiencing lives that deviate from the norms and, thus, constant gongs-resistance to the processes that subordinate some lives to the detriment of others.

KEYWORDS: Gendersexualities. Disputes. Neoconservatism. Differences

Introdução

Seja quem for, se me atacar, eu vou atacar do mesmo jeito. Se tentar me diminuir, vou diminuir pior (Inês Brasil, 2016).

Estou pronta para o combate e para o embate, meu amor. Estão pensando que eu sou quem? Estão pensando que podem conosco? Com viado nem o diabo pode! Respeita a minha história, porra! (Raíssa, aluna do curso de Pedagogia, 2023).

De uns tempos para cá, temos acompanhado, rotineiramente e de forma cada vez mais intensa, ondas de ataques sistemáticos contra algumas pessoas, nichos e populações. Os ataques têm sido cada vez mais pontuais contra as mulheres, as pessoas negras e a ampla população LGBTQIAPN+,⁴ especialmente contra gays, travestis e pessoas transsexuais. A mídia e as redes sociais divulgam a todo instante cenas

⁴ Utilizaremos a sigla LGBTQIAPN+ para nos referirmos à população que compreende pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários, outras identidades.

dolorosas, fortes e impactantes que nos fazem refletir sobre o direcionamento certo e os modos de endereçamento (Elizabeth Ellsworth, 2005) que esse vendaval violento alcança. Projetos de Lei, como o PL867/2015 da Câmara dos Deputados e o PL193/2016 do Senado Nacional, objetivavam institucionalizar o Movimento Escola sem Partido, a falácia do movimento ideologia de gênero (Junqueira, 2018), a retirada dos termos de igualdade de gênero e de orientação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, os discursos de ódio lançados por líderes religiosos que corroboram com a disseminação de ódio, preconceito e violência são exemplos de ataques que censuram a visibilidade das discussões que envolvem questões de gênero e sexualidades. Esse vendaval, que se torna cada vez mais reativo, que tem sede e se alimenta de ódio e desejo de aniquilação das diferenças (Maria Luiza Süsskind, 2017; 2018), movimenta-se a todo instante cerceando a vida e, assim, por meio de seus mecanismos, confere a conduta da norma para que ela esteja em funcionamento constante. A norma, aqui, corresponde “ao surgimento de um poder sobre a vida” (Judith Revel, 2011), que se configura em relações de poder e regulação da vida humana. Especificamente, quando nos referimos à norma, é da heteronorma de que estamos falando. A heteronorma se refere “à ordem sexual do presente fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (Miskolci, 2012, p. 44). Diante de uma sociedade regida, majoritariamente, pela heteronorma, qualquer desvio precisa ser endireitado a partir do exercício de uma ortopedia discursiva (Michel Foucault, 2014), que aciona os modos de endireitamento de um corpo por meio de discursos que tratam da operacionalização de ações corretivas.

Temos percebido, com base em nossas vivências diárias, que há sempre um jogo de forças que reitera o lugar “de quem manda e de quem obedece”, estabelecendo uma hierarquia verticalizada em meio a uma sociedade que vivencia cenas que são difíceis de encarar. Um dia desses, da sacada do prédio de um de nós, foi possível escutar uma voz oriunda do prédio vizinho que repreendia uma mulher por conta do traje que ela utilizava: “está parecendo uma quenga, nem parece uma mulher casada com dois filhos; roupa apertada demais para uma mulher; se dê o valor, minha filha”. As palavras, ditas em voz alta para quem quisesse ouvir, posicionam e subjugam aquela mulher como uma posse daquele macho hétero que esbraveja, em tom ultraconservador, para que a ordem seja cumprida. Essa ordem é posta em movimento, naquele momento, por um modelo de mulher reforçado no contexto de moralismos contemporâneos. A fala daquele

homem reivindica que a mulher se posicione no caminho de obediência, afinal, ao se vestir de modo considerado por aquele homem como inapropriado para uma mulher casada, ela foge à norma, que precisa ser cotidiana e incansavelmente questionada ao passo que é forjada e reforçada a todo tempo. A mulher, em alguma medida, foge daquilo que era esperado dela.

É preciso sinalizar que compreendemos que os modos como reagimos e como fomos, e continuamos a ser, subjetivadas/os passa pela cultura. Queremos dizer com isso que, no interior de uma cultura, existem *scripts*, particularmente de gênero (Jane Felipe e Jéssica de Moraes, 2024), que direcionam uma espécie de roteiro corporal, histórico, afetivo, psicológico, sexual, político e moral que desenha a maquinaria social desde a infância, sendo ajustado, atualizado e reinventado por meio de processos educativos ensinados de diversas formas e por diversas instâncias. Mas precisamos desmistificar e chacoalhar o sistema hierárquico existente que tenta colocar as pessoas num mesmo lugar, como se existisse uma forma única de existir, estruturada a partir de nossos corpos, gêneros e sexualidades. Nesse sentido, precisamos operar com os processos de desterritorialização da norma, do conhecimento, das epistemologias, dos caminhos, dos meios, das formas de fazer e do enfrentamento dos inúmeros tipos de violências que se naturalizam diante de nós, reforçados pela disseminação de informações, muitas vezes falsas, que circulam sem qualquer controle pelas redes sociais digitais.

Os excertos das falas que descortinam essa discussão nos levam a pensar nas provocações que certas populações são obrigadas a enfrentar nos lugares sociais que vivem e ocupam. Inês Brasil, uma mulher negra e tatuada, que traja roupas que se distanciam do modelo de feminilidade padronizada para toda mulher, é vista socialmente por grande parte das mulheres que se enquadram no padrão de mulher ideal (branca, religiosa, doce, recatada) como piranha, puta, mulher sem princípios, uma pessoa que não respeita as nossas meninas e nem a nossa família. Por sua existência fora dos padrões esperados para ela como mulher, Inês é uma afronta à norma e, por isso, reitera que “seja quem for, se me atacar, eu vou atacar do mesmo jeito; se tentar me diminuir, vou diminuir pior” (Inês Brasil, 2024). Ela intimida qualquer normativa de gênero e, por isso, se torna uma ameaça na medida em que subverte a norma. De maneira icônica e, na maioria das vezes, hilária e divertida, ela faz uma sucessão de falas que, de alguma maneira, nos alertam para as possibilidades de resistência a qualquer tipo de violência e subalternização.

A outra fala que aparece no início deste texto é de Raíssa, uma aluna do curso de Pedagogia que se reconhece como trans. Ao escolher um nome e preferir ser tratada no feminino, ela contraria as imposições sociais que lhes foram dadas. A fala de Raíssa foi dita quando nós havíamos nos encontrado na universidade, e ela veio nos “mandar o textão”, como dissera na oportunidade. Raíssa se reconhece como uma figura “engraçada e irreverente”; se afirma “inconstante” porque, segundo ela própria narra, às vezes o seu “lado homem” fala mais alto, sendo então alvo de “caras feias, gritos de ‘viado feio’, assombração, ‘cara do cão’, trem virado, viadinho desajeitado” na universidade. Além de todas as ameaças proferidas quando ela passava, a exemplo de “esse povo nem deveria existir”. Esse é o retrato das vivências de Raíssa na universidade, um ambiente que se apresenta como hostil, neoconservador, violento e aniquilador das diferenças, negando a sua existência.

Esse é o reflexo da sociedade que vive imersa num regime heteropatriarcal (Paul Preciado, 2023a) violento, neoconservador, reacionário, homo/lesbo/transfóbico e adoecedor. Apesar disso, Raíssa se diz pronta “para o combate e para o embate”. Em nosso ponto de vista, ela não está pronta, mas vai se fazendo pronta. A cada novo combate, aprende a mobilizar formas de reagir para que lhe seja possível existir num mundo que não lhe cabe. Vista como uma “figura diabólica” numa cultura que aciona preceitos supostamente religiosos para buscar encaixar quem, em alguma medida, consegue escapar da norma, Raíssa afronta o neoconservadorismo e se arma de uma força que, segundo ela, “até o diabo tem medo”. Por isso, ela alega que “com viado, nem o diabo pode”.

Como um movimento que vai contra as mudanças da modernidade e que defende os pilares de um pensamento retrógrado, o neoconservadorismo se preocupa, basicamente, com a família (tradicional: heterossexual, composta por mãe, pai e filhos/as), com a religião (aposta na fé cristã) e com a ordem nacional e opera para a manutenção da moral e para a defesa da preservação dos valores tradicionais. Nesse contexto, há alguns anos, a presidência e o Congresso brasileiros foram tomados por um grupo neoconservador, sustentado na suposta defesa da família e dos valores tradicionais. Tais forças neoconservadoras foram responsáveis pelo desmantelamento de várias instituições e políticas sociais, colocando em xeque o princípio da igualdade de direito e a justiça social. Além de terem relegado pautas de extrema importância para a construção da democracia em nosso país, como, por exemplo, dos direitos das mulheres, das populações negra, indígena e LGBTQIAPN+.

Sendo assim, este artigo objetiva analisar as tensões em torno das questões de gênerosexualidades a partir de cenas cotidianas vividas no curso de Pedagogia de uma universidade federal. Para além das discussões já anunciadas, nos ocuparemos de dialogar também com os movimentos de resistência apontados nas cenas que serão apresentadas. Desse modo, dialogaremos com os jogos de força em torno das tensões que se implicaram, mas, também, pensaremos nos movimentos de afrontamento e nas ‘gongações’ para com a norma, desafiando-a. Teoricometodologicamente, esse texto se filia à teoria do cotidiano (Michel de Certeau, 1994; Nilda Alves, 2008; Carlos Eduardo Ferraço, 2007) e se ancora na observação e nas conversas (Andréa Serpa, 2018; Tiago Ribeiro, Rafael de Souza e Carmen Sanches Sampaio, 2018) como apostas de pesquisa. Também se filia ao âmbito das pesquisas com gênero e sexualidade.

Teoricometodologicamente falando (...)

“Ela quebra as fechaduras, ela faz transbordar as canalizações sociais; ela abre caminhos que deixarão, após a sua passagem, quando o fluxo se retira, uma outra paisagem e um ordem diferente” (Certeau, 2000, p. 7).

Aventuramo-nos com o cotidiano (Certeau, 1994) ou, como se costuma chamar, das pesquisas nos/dos com os cotidianos, para nós, sem traço ou hífen e no plural, porque acreditamos que as articulações das pesquisas com os cotidianos (Ferraço, 2007) são indivisíveis sendo, para nós, difícil de se pensar em qualquer separação. Esse texto se vincula às pesquisas com os cotidianos (Ferraço, 2007) que reivindicam outros modos de escrita, de pesquisa e de vida como uma forma de superar o conhecimento herdado pela modernidade. É um investimento epistemológico que desloca o sentido de afastamento do objeto de estudo que pesquisamos para pensarmos em ações que só fazem sentido se estiverem associadas, juntas. Por isso, utilizaremos a justaposição das palavras como um investimento teórico, político e epistemológico. Trata-se de um modo de lidar diretamente com uma vida acontecimentalizada. Ou seja, a vida como acontecimento, como algo incontrolável, inexplicável, que simplesmente acontece. A conversa é um acontecimento porque se coloca como uma potência do devir (Gilles Deleuze e Felix Guattari, 2011), como uma fagulha para articulações inesperadas que possibilita sempre os encontros.

Contar com os cotidianos é desconstruir as certezas, operar com os processos de desterritorialização e se colocar sempre no exercício da dúvida. Os cotidianos nos

possibilitam uma “análise crítica e otimista (mas não ingênua) da ação social no contexto das relações desiguais de poder” (Carlos Eduardo Ferraço, Maria da Conceição Silva-Soares e Nilda Alves, 2018, p. 14). Os cotidianos se configuram como “modos de operação ou esquema de ação” (Certeau, 1994, p. 37) e não são ligados diretamente aos sujeitos, mas aos usos (Certeau, 1994) que os sujeitos ordinários fazem dos seus produtos sociais, culturais e históricos. É muito mais especificamente um diálogo com as artes de fazer (Certeau, 1994) do que uma narração sobre os sujeitos. É uma “arte do dizer” (Certeau, 1994, p. 20).

Repensando o estatuto das pesquisas científicas, o cotidiano nos permite algumas reconfigurações: a) existe uma negação do fazer sobre, e opera-se com o fazer com (Ferraço, 2007). O fazer sobre “aponta a lógica da diferença, do controle”. Resulta do sujeito que domina, ou crê dominar, o objeto. Um “sobre” o outro que “encobre”, que se coloca “por cima” do outro sem entrar nele, sem o “habitar” (Ferraço, 2007, p. 77); b) existe um movimento inverso, “a prática é o critério de verdade, é ela quem convalida a teoria. Partimos da prática, vamos à teoria a fim de a compreendermos e à prática retornamos com a teoria ressignificada, atualizada, recriada” (Regina Leite Garcia, 2003, p. 12). É um movimento controverso de práticateoriaprática; c) se existe um deslocamento nos modos de fazer, nos quais os paradigmas mudam e, se mudam, “há também [de] mudar a linguagem, que há muito sabemos que não é neutra” (Garcia, 2003, p. 13). A começar pela forma de escrita nas pesquisas com cotidianos, em que se adota a justaposição dos termos a fim de borrar a forma de escrita adotada pela modernidade. Segundo Alves (2008):

juntar os termos, pluralizá-los, algumas vezes invertê-los, outras duplicá-los foi a forma que conseguimos, até o presente, para mostrar como as dicotomias necessárias na invenção da ciência moderna têm se mostrado limitantes ao que precisamos criar para pesquisar nos/dos/com os cotidianos (Alves, 2008, p. 02).

Por isso, utilizaremos aqui, e sempre que necessário, as palavras justapostas, como vivênciasexperiências, saberfazer e, também, gênerosexualidades, entendendo que, quando olhamos para as construções que generificam os sujeitos, estamos preocupados também em como esses corpos são/estão sendo gênerosexualizados. Então, sempre que estivermos lidando com as construções generosexualidazas dos corpos, utilizaremos o termo gênerosexualidades. Para além de uma escolha estética e epistemológica do cotidiano (Alves, 2008), o investimento de juntar as palavras é político, pois se insere em vias conflituosas na busca por legitimidade, significados e

visibilidades das discussões que, para nós, estão atreladas. Aqui, não conseguimos isolar as questões de gênero e, simplesmente, deslocá-las das questões de sexualidades a partir do entendimento de que existem diálogos, mesmo que conflituosos, entre elas. Existem (des)aproximações, mas existem também conexões. Quando dizemos que uma escolha é política, é porque compreendemos que ela é permeada de tensionamentos e disputas em torno da garantia de significações e valores em torno de alguma questão.

Como aposta metodológica, elegemos as observações que aqui são compreendidas para além do ato de apenas observar, mas delicadamente acionar os nossos sentidos para compreendermos aquilo que os cotidianos podem produzir. Por isso, utilizaremos as conversas como tática (Certeau, 1994) de pesquisa nos/dos com os cotidianos. Uma conversa não busca “acordos ou desacordos, senão tensões entre duas [ou mais] biografias que se apresentam na hora do encontro” (Carlos Skliar, 2018, p. 12) e, por isso, a conversa é um terreno fluído e complexo. Por entendermos que “a conversa é um paradigma do conhecimento” (Süssekind, 2018, p. 271) que instaura dissensos, não acreditamos num conhecimento sacralizado, mas na produção e contradição de conhecimentos. É assim que as conversas serão tratadas aqui.

Vale sinalizar que este texto é oriundo de uma tese de doutorado, defendida em maio de 2024, que buscou problematizar os tensionamentos de gênero sexualidades desviantes narrados, a partir das vivências/experiências, por estudantes do curso de Pedagogia de uma universidade nordestina. As conversas aconteceram durante os anos de 2023 e 2024. O que traremos aqui são excertos das conversas, transformadas em cenas, para que seja possível dialogar sobre os atravessamentos do neoconservadorismo com as questões de gênero sexualidades no curso no qual a pesquisa aconteceu. No entrelugar com as observações e as conversas, aparecerão autoras/es, acionadas/os para reiterar, problematizar, discordar, concordar, duvidar e questionar alguns dilemas que impliquem na construção do conhecimento. Conhecimento esse que aqui é visto como potência, mas também como limite e, por isso, é sempre colocado em dúvida.

Antes de seguir, é preciso sinalizar que este texto está assentado na perspectiva das diferenças, mais precisamente no âmbito dos estudos com gênero sexualidades. Assim, como burla ao sistema hierárquico, machista e preconceituoso, utilizaremos as palavras que possam generossexualizar qualquer pessoa, primeiramente no feminino, depois com a escrita implicada, na qual se utiliza o “e” ao invés de “o/a”, e por último a escrita virá no masculino. Não queremos com isso dizer que resolveremos a questão das hierarquias linguísticas construídas historicamente. Mas esse movimento causa

modificações que “mexem na estrutura da língua e bagunçam de certa forma o sistema de gênero que é tido como estável e arbitrário com o intuito de minar a dicotomia de gênero social, o sexismo da língua e evitar o masculino genérico.” (Rodrigo Borba e Adriana Carvalho-Lopes, 2018, p. 246). Desse modo, pode ser uma forma de visibilizar populações que se colocam sempre no lugar da subalternização.

Encenando ‘gongações’ criativas em tempos reacionários: “estão pensando que podem conosco”?

Dialogar com uma pesquisa que envolve as tensões em torno das disputas acirradas com gênerosexualidades em meio ao recrudescimento de forças neoconservadoras e reacionárias é compreender que todos os dias as “tretas e os bafões” reinam, como narra uma das estudantes com a qual nós dialogamos.⁵ Segundo ela, “todo dia tem confusão porque esse povo não aceita que viado, sapatão e travesti tem direito de ser quem a gente quiser. Por isso a gente já vem para a aula pronta para as discussões”. O cenário cotidiano do curso é repleto de embates diante da realidade travada pelas pessoas que se incomodam pelo jeito “espalhafatoso” de outras e, diante disso, tornam a convivência tensa. Mas, segundo outro grupo de alunas/es/os do curso, “não há nada mais potente do que a desobediência e a ‘gongação’ das regras e das normas” sociais diante da “carentice desse povo que não aceita a gente”.

Sendo assim, provocados por essa fala e conscientes de que a população LGBTQIAPN+ possui um dialeto provocativo como estratégia para resistir às tradições do uso da nossa língua, achamos interessante e provocativa a expressão ‘gongação’. É um termo advindo de um vocabulário LGBTQIAPN+ para fazer alusão à zoação da norma, ao enfrentamento, ao ato de falar mal e debochar das normas sociais que tentam nos enquadrar. Por isso, utilizaremos aqui a palavra ‘gongação’ para nos referirmos ao deboche criativo no enfrentamento das forças conservadoras e reacionárias que se movimentam pelo mundo e tentam nos desestabilizar.

Para dialogar com essa perspectiva, conforme já foi sinalizado, traremos excertos do cotidiano do curso de Pedagogia, em forma de cenas, com os desafios vividos por um cenário de embates e dilemas.

⁵ No decorrer do texto, aparecerão palavras ou expressões que são utilizadas pela população LGBTQIAPN+ para dar significado a algumas expressões comumente utilizadas em suas vivências. A expressão “tretas ou bafões” significa conflitos, brigas, discussões, intrigas ou revelações bombásticas.

CENA 1: Há uma barulheira de um grupo que me parece discutir a possibilidade de construção de uma série de oficinas para trabalhar com questões de gênero e sexualidade em uma disciplina do curso de Pedagogia. Uma menina explica que essa iniciativa se deu devido aos últimos acontecimentos e aos comentários que, quase que diariamente, se escuta, tais como foram ouvidos outro dia: “Eu acho que esse povo que é viado, mulher que gosta de se agarrar com mulher e homem que quer ser mulher, tem que resolver seus problemas sozinhos. A gente não tem nada haver com isso. O povo tem tentado normalizar cada safadeza, né! Comigo não cola. À medida que eu colaboro com isso, estou dizendo que é normal homem se agarrar com homem, por exemplo”. Diante da proposta das oficinas, uma menina ainda retruca: “Esse negócio de se meter na sexualidade do povo não é bacana. Cada um no seu quadrado... Quem tiver seus problemas quanto a isso, que resolva”. Vou chegando junto. A discussão segue: “Oxe, então, quer dizer que tu acha certo que um viado seja violentado? Que o problema é só dele, mulher?” A menina insiste: “Eu não tenho nada com isso. Acho melhor a gente falar de outra coisa. Essa questão de tentar dizer que negócio de homem com homem é normal não condiz com a minha realidade. Não está conforme os mandamentos” O menino, em um tom alterado, segue: “Vamos votar, então. O que a maioria decidir, já é”. A maioria venceu, e a menina se recusa a participar das oficinas alegando: “Eu não sou obrigada a compactuar com esse negócio de gênero, não. Não aceito homem que faz aquelas coisas com homem, estão querendo ensinar os meninos a serem viados, a destruir as nossas famílias”. Um menino segue: “A maioria ganhou, e nós faremos as oficinas, sim.” A menina sai esbravejando.

O barulho é sinal dos enfrentamentos. Em tempos como esses, quando vivemos ameaçadas/es/os por uma destruição sem precedentes (Gayle Rubin, 2003), as pessoas parecem se tornar cada vez mais descontroladas quanto às questões que entrelaçam gênerosexualidades. É preciso sinalizar que entendemos gênerosexualidades como mecanismos de estruturação do social e de organização hierárquica da sociedade. É por meio desses marcadores que percebemos que a organização da sociedade se estrutura e se movimenta. A polícia dos processos que nos generossexualizam, todos os dias, está atenta e vigilante a fim de transformar todos os corpos em heterossexuais. Eis um dos motivos de nossas disputas, pois nem todos os corpos se adequam às normas (Judith Butler, 2016). Existem sempre rasuras, frestas, falhas. Os nossos enfrentamentos se dão exatamente para “frustrar o que a sociedade quer fazer de [nós]” (Preciado, 2023b).

A ideia de trabalhar com oficinas faz parte de um processo pedagógico de desmistificação da figura do outro como anormal. A cena nos provoca a pensar em muitas coisas. A sexualidade é um objeto de vigilância da sociedade, e, quando nos reportamos às sexualidades que desviam da norma, a intensidade desses olhos que buscam esmiuçar os movimentos que reagem na contramão se esgarça na perspectiva de esquadrinhá-los. Existe todo um policiamento em torno da sexualidade desviante. Foram criados dispositivos para “ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular” (Foucault, 2020, p. 36) o que se faz, o que se sabe e o que se estuda sobre a sexualidade. Definiu-se o que pode ser legitimado na discussão moral, religiosa e científica em torno de uma norma do desenvolvimento sexual para cuidar e caracterizar todos os desvios (Foucault, 2020) da sexualidade. Por isso, a homossexualidade e todas as outras linguagens da sexualidade, além da heterocentrada, são/estão inscritas na perversão, no desvio, na abjeção, na margem. Gênerosexualidades, nesse caso, é utilizado como uma marcação da norma, “como um dos marcadores da diferença que produz a opressão” (Berenice Bento, 2014, p. 483) pois, hegemonicamente, “o sexo não está desvinculado do gênero, ou seja, quando eu digo “sou mulher”, esse enunciado explicita a minha sexualidade” (Bento, 2014, p. 482), que, nesse caso, se refere à heterossexualidade.

A discussão da moralidade atravessa as religiões, particularmente aquelas de matriz cristã, pautadas em ações que precisam estar em constante funcionamento pois “a ação moral é indissociável dessas formas de atividade sobre si, que não são menos diferentes de uma moral para outra do que o sistema de valores, de regras e de proibições” (Foucault, 1994, p. 558). Ou seja, são investimentos a partir de si e sobre si mesmo a se propagarem—socialmente e a se transformarem numa prática que se referencia como assertiva, correta e dentro dos preceitos da doutrina religiosa. Com isso, a religião se coloca de maneira forte, ditando os preceitos morais de uma ordem que precisa transformar o corpo num lugar viável e de vivência privada de sua sexualidade. Compreendemos que

em toda sociedade toda produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2000, p. 9).

O que podemos perceber com a resposta e a justificativa que encobrem a moral dos ditames da religião é que há, por trás delas, o funcionamento de uma maquinaria de

investimentos objetivada a dar conta da moral dos comportamentos e a direcionar a prática sexual aos preceitos reprodutivos cristãos também na esfera privada. Relega, assim, a temática do gênero e da sexualidade de seus processos educativos e a possibilidade de reprodução de um discurso arraigado de moral em detrimento da célebre frase que acompanha o neoconservadorismo: “pelo bem de nossas crianças e da nossa família”. A insistência na realização de uma série de sucessivas investidas que contrariam o neoconservadorismo reacionário, que tenta construir uma atmosfera propagadora de medo, terror e ódio, é posta em ação por um lado para tentar governar, reparar e integrar os/as diferentes em si mesmos, que não aceitam mais ser borrados, excluídos, calados, comparados, subordinados, nem integrados ao velho princípio da identidade universal e, por outro lado, para fazer o ódio às diferenças de gênero e sexualidade se alastrarem pelo social de diferentes modos, conquistando mais pessoas que se dediquem a esse objetivo.

Quando a menina da Cena 1 diz, em alto e bom som, “não aceito homem que faz aquelas coisas com homem, estão querendo ensinar os meninos a serem viados, a destruir as nossas famílias”, percebemos a tentativa de desarticulação da atividade, em forma de oficina, em detrimento da defesa de um *slogan* carregado por uma parte da população que acredita no discurso em “defesa da família”. No bojo dos interesses de uma envergadura política que tende a proclamar preocupação em defesa da família tradicional, formada por pai, mãe e filhos heterossexuais, enquadrar arbitrariamente uma vida como alvo de não existência é no mínimo desumano. Isso traduz, em linhas muito nítidas, que os interesses pessoais, em detrimento do desenvolvimento de projetos que verdadeiramente se debruçam sobre a coletividade, são indubitavelmente o foco de uma política que opera na maximização do poder em torno de si mesmo. Por isso, sempre existe “disputa pelas formas possíveis que os sujeitos podem assumir” (Butler, 2017, p. 29).

A aposta na realização das oficinas a contragosto de uma camada social que não se reconhece no lugar de subalterno é um golpe nas investidas do neoconservadorismo, e é um respiro além das investidas tóxicas dessa névoa violenta e infame que tem assolado os momentos de nossa sociedade. As oficinas aconteceram e, no final das contas, pelo que pudemos acompanhar, foram produtivas no sentido de colocar em suspeição a visibilidade das questões de gênerosexualidades que rondavam as conversas de corredores, como um fantasma a assombrar muitas pessoas. A distorção do que se tinha como concepção das discussões que envolviam gênero, sexualidade, raça e outros

marcadores das diferenças foram sendo debatidas, questionadas, ressignificadas, desmistificadas, e, ao longo das conversas, o público partícipe reiterou a importância de momentos como aqueles. Precisamos, então, “fazer dessa atitude um ato político tão consistente quanto possível, para que aqueles que governam sejam obrigados a levá-los em conta” (Foucault, 2020, p. 222), problematizando “a reconfiguração das regras que regem a esfera das visibilidades no espaço público” (Butler, 2018).

CENA 2: Um dia atípico após o almoço no Centro de Educação. Duas meninas, que são alunas do curso de Pedagogia, estavam agarradas sobre a mesa, trocavam carícias e estavam junto a um menino. Ao notar os olhares alheios sobre o que acontecia, cheguei junto, perguntei se estava tudo bem, me apresentei e começamos a trocar algumas ideias. Elas e ele já foram me dizendo: “pensei que você iria dizer para a gente que aqui não era lugar de se agarrar, como já nos disseram várias vezes”. Eu sorri e segui conversando. As meninas narram: “olha, ser sapatão e viado aqui nesse lugar não é fácil. Estão sempre dizendo que não podemos isso, não podemos aquilo. Diferente das outras, que são mulheres e homens de verdade. Só para você perceber: combinamos um dia na semana para todas ‘as sapas’, ‘as manas’, ‘as arrasadoras’, ‘as lacrativas’ ocuparmos esse lugar, que é nosso, nos beijar, cantar e curtir.⁶ Seguem dizendo que nós não podemos. Sempre tem tumulto aqui nesse lugar, mas, quando somos nós que organizamos nossas ‘tardes culturais’, nós não podemos ligar som, não podemos nos abraçar. É sempre uma proibição sem fim. Mas quem disse que nós viemos ao mundo para obedecer? Os seguranças mandam a gente diminuir o barulho, pedem para a gente descer das mesas, dizem que ali não é lugar para isso. Mas nós somos o barulho! Seguiremos fazendo isso sim. Ninguém pode com a nossa força. Viadas e sapas unidas jamais serão vencidas. A gente brinca com a cara deles, a gente baixa o som e depois aumenta, a gente para de se abraçar e depois se abraça novamente”.

Segundo Foucault (2000, p. 288), os espaços de convivência, e a universidade se inclui neles, se desenvolvem “através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições... ordens, exortações, signos codificados de obediência...) e através de toda uma série de procedimentos de poder (vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal)”. Mas também se apresentam como um lugar potente de subversão normativa

⁶ “As sapas” se referem às mulheres lésbicas, e é o termo pelo qual as meninas com as quais conversamos preferem se identificar. “As manas, as arrasadoras e as lacrativas” se referem às pessoas gays com as quais conversamos.

e de ‘gongações’ da própria normatividade. A norma não é um mecanismo estratificado; mesmo que o seu objetivo seja o de compor movimentos de ordenamentos, ela vacila. Os enfrentamentos à norma, os momentos de resistências tidos aqui como ‘gongações’ “possibilitam criar espaços de combates, de lutas, de insubordinação, de insurreição. A resistência é a criação de possíveis. Ela é força agenciadora que transforma e funda outras e novas relações” (Marlucy Alves Paraíso, 2016, p. 408).

O exercício de fundar novas relações esgarça os limites de qualquer investimento normativo e, dessa forma, tensiona todos os contornos sociais, bagunça qualquer tipo de ordem, “despedaça as verdades e queima todos os seus sonhos de transcendência. Impõe-lhe o disforme, o aleatório, o acaso” (Sandra Corazza, 2002, p. 21). O desafio do investimento na produção de novas configurações sociais, por assim dizer, desarticula certezas e nos faz repensar qualquer estatuto que esteja atrelado à fixidez. O que ocorre na universidade estudada é o exercício de proibição e coibição das novas relações pautadas nos ordenamentos de uma normalidade que hoje tem sido cada vez mais questionada. Essas lógicas apontam para o estabelecimento dos limites e possibilidades das expressões e das relações afetivas e sexuais tidas como socialmente aceitáveis. Sônia Correia (2019) aponta que os efeitos dessas violências que nós vivemos todos os dias podem ser vistos como o resultado dos efeitos das “camadas profundas e entrincheiradas de racismo, classismo, heteropatriarcalismo e autoritarismo agora ativadas e convertidas em retórica e em ação que não são só visíveis, mas, muitas vezes, virulentas” (Correia, 2019, p. 20) e ameaçam os nossos direitos.

Na segunda cena podemos perceber que há sempre uma negação quando o assunto se refere às possibilidades de existência daquelas pessoas que são dissidentes ou desviantes, nesse caso, às normas de gênerosexualidades. Na mesma época em que essas conversas aconteceram, as pessoas com as quais conversamos nos lembraram de um episódio de expulsão de uma travesti do banheiro feminino aos gritos. As meninas com as quais conversamos relataram: “foi horrível, os seguranças a enxotaram aos gritos de dentro do banheiro dizendo que o lugar dela não era ali”. Algumas pessoas escolhem a fronteira como lugar de vivência e, por isso, há todo um processo de deslegitimação do lugar de quem vive em zona fronteira. Naquele momento, a pessoa que ocupava o lugar da fronteira foi vista como um “sujeito mutante” (Preciado, 2023a), para quem a incoerência de gênerosexualidade atravessa e rompe com os limites da norma, assim ela é posta em lugar distante dos demais. Há uma ruptura, um estado de vida-morte que se constrói ao redor dessa pessoa. Esse mesmo movimento acontece

com as pessoas que estão dentro dessa cena: as autodenominadas sapatões e viados, que sinalizam a dificuldade de estar ali.

Os corpos que se desviam são aqueles “corpos que pesam” (Butler, 2019), pesam demais nos processos que driblam a coerência entre corpo-gênero-desejo. Na gramática social, que enquadra os sujeitos tidos como normais, os “gêneros inteligíveis são aqueles que mantêm uma continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo por intermédio dos quais a identidade é reconhecida e adquire um efeito de substância” (Butler, 2003, p. 40). Nesse sentido, “certos tipos de identidade de gênero parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas de inteligibilidade cultural” (Butler, 2003, p. 39). Há processos de reificação da norma heterossexual em detrimento de quem a fragmenta, assim, assumir o pedestal da norma, coloca as demais pessoas no lugar do outro, que é, nesse sentido, subalternizado. Afinal, temos compreendido que a própria heteronorma se organiza em níveis, assim, quanto mais obediente aos seus princípios, maior o reconhecimento e a legitimidade que se ganha. Ou seja, para exemplificar, um homem que abraça outro publicamente já tem seu lugar no privilégio da heteronorma contestado.

Socialmente, existe todo um arsenal estratégico de inculcação dos lugares que meninos, meninas, homens e mulheres precisam ocupar. É tanto que as meninas não se veem como “mulheres de verdade” quando alegam que “estão sempre dizendo que não podemos isso, não podemos aquilo. Diferente das outras, que são mulheres e homens de verdade”. Ser mulher e homem de verdade perpassa pelo reconhecimento e apropriação da norma que reitera a coerência entre corpo-sexo-gênero-sexualidade. Social, cultural, política e historicamente, existem discursos que tratam de informar sempre os lugares que nós precisamos ocupar, e isso é pedagógico. Significa dizer que eles estão sendo ensinados e reiterados a todo momento a fim de que não nos esqueçamos de que o desvio da norma nos leva sempre ao lugar da subalternização. Mas-diante de qualquer processo que objetive esse normalizar, cabe indicar que haverá teimosia, desobediência, zoação e gongação com a norma. Na cena 2, é significativo quando elas narram: “a gente brinca com a cara deles: a gente baixa o som e depois aumenta, a gente para de se abraçar e depois se abraça novamente”. A teimosia é um enfrentamento ao neoconservadorismo, ela abala as suas raízes. A brincadeira, em tom de deboche, brinca com os jogos de poder que os seguranças pensam ter. Quando pensamos em quem somos e partimos para uma questão que corresponde aos modos como somos

produzidas/es/os, é preciso dizer das linhas de feitiçaria dos *gênerossexualidades* e dos processos que as fazem dançar, se multiplicar, sumir, reaparecer, atritar-se para refletirmos que

[...] toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não-finalizada. Como uma relação social no interior do eu e como uma relação social entre “outros” seres, a identidade sexual está sendo constantemente rearranjada, desestabilizada e desfeita pelas complexidades da experiência vivida, pela cultura popular, pelo conhecimento escolar e pelas múltiplas e mutáveis histórias de marcadores sociais como gênero, raça, geração, nacionalidade, aparência física e estilo popular (Débora Britzman, 2017, p. 74).

Essas controvérsias esbarram nos processos que nos fazem diferentes, e é a partir das diferenças que somos reconhecidas/es/os, incluídas/es/os e/ou excluídas/es/os. Não a diferença em si mesma, mas os movimentos de idas e vindas que nos produzem como diferentes. É preciso dizer que a diferença (nos) assusta, pois, segundo o processo de ordenamento que produz a norma e que busca a todo tempo a padronização de nossos corpos por meio de variados e incansáveis mecanismos e estratégias, ocorrem rompimentos, alargamentos, descontinuidades.

Conversar com o curso de Pedagogia foi uma oportunidade indiscutível para compreendermos como os tentáculos do neoconservadorismo funcionam. Os jogos de poder são ferrenhos em detrimento do esquadrinhamento dos corpos que não se adequam às normas e, por isso, precisam se reinventar e utilizar a criatividade para produzir táticas (Certeau, 1994) para driblar e fazer a norma vacilar. Ocorrem tensões, tentativas de enquadramento, confusões, gritos e gongações. Mas ocorrem também a alegria dos encontros e a vivacidade da vida que é um incontável acontecendo.

“E a nossa luta nunca acaba, viu”...

Há algum tempo, os ataques aos movimentos que se articulam com questões de gênero e sexualidade têm se avolumado e tomado proporções insustentáveis. Nas universidades e também nas escolas, esse movimento tem ganhado força e se aliado a grupos conservadores que saem em “defesa da família e de nossas crianças”, destilando ódio e propagando uma série de discursos infundados a fim de causar pânico, medo e terror na sociedade. Narrar o gênero e a sexualidade como um fantasma, por exemplo, é uma forma encontrada pelos poderes existentes - Estado, igreja, movimentos políticos - para “atemorizar as pessoas de modo que elas retornem a suas fileiras,

aceitem a censura e externalizem seu medo e ódio contra comunidades vulneráveis” (Butler, 2024, p. 12). Somando-se a isso, é importante dizer que a “a ideia de que o gênero [e sexualidade] é uma ameaça que paira sobre as famílias se transformou em estratégia para reunir apoio popular a grupos e lideranças de direita e extrema-direita em diversos países” (Flávia Birolli, 2019, p. 77). Desse modo, “à medida que o pânico aumenta, dá-se carta branca ao Estado para negar a vida daquelas pessoas que passaram a representar, por meio da sintaxe do fantasma, uma ameaça à nação” (Butler, 2024, p. 13). A luta das pessoas que são tidas como ameaça é sempre repleta de desafios, sobretudo, o desafio de sobreviver. Pois, como sabemos, para os corpos que pesam (Butler, 2016), não há nada que os garantam viver.

O exercício de diálogo com as diferenças e com o outro “provoca existência, sendo assim presença, voz e resistência que abalroam a ideia de nós exigindo que se posicione como “aniquilamento ou deslocamento” (Butler e Gayatri Spivak, 2018, p. 34). Os investimentos sobre os corpos para que eles se tornem viáveis passam por processos que incidem: a) numa certa moral que prescreve quais corpos e quais práticas sexuais e afetivo-amorosas são corretas, honradas, saudáveis, seguras e aceitáveis diante tanto das recomendações dos próprios movimentos sociais quanto das políticas públicas de Estado; b) numa certa economia que institui quais corpos e quais práticas sexuais e afetivo-amorosas atendem ao projeto de utilidade-rentabilidade que a ordem do consumo e do trabalho neoliberais apregoam como necessárias ao projeto de consolidação do sujeito de direito e de sua consequente e paradoxal exclusão pelo mesmo sistema jurídico-econômico que o criou e diz incluí-lo (Jamil Cabral Sierra, 2015, p. 05). A valorização do outro, no exercício de uma escuta cuidadosa, ética, política e epistemológica, desvira as cartas da norma e bagunça os jogos de poder. Torna a norma um lugar contestado e os corpogênerossexualidades perigosos, e o perigo se configura na possibilidade de se viver uma vida.

O curso de Pedagogia pode nos ensinar sobre muitas coisas, entre as quais: a) as tensões dos limites discursivos dos processos que generossexualizam os corpos e tentam fazer deles algo que se possa governar, mas, como a própria Butler (2016) nos ensina, nem todos os corpos se adequam às normas; b) os cotidianos estão articulados à desobediência, à desordem e às aprendizagens caóticas que não se deixam sufocar; c) é preciso conviver com as diferenças de modo que elas sejam um caminho de aprendizagens; d) os desvios são linhas móveis que se deslocam e alcançam as pessoas em situações específicas; e) nós precisamos criar táticas (Certeau, 1994) de

enfrentamento aos mais variados tipos de violência, exclusões, silenciamentos, apagamentos e aniquilações. Precisamos pensar na existência de “convivência, respeito e ética no trato com as diferenças. Tudo isso acaba por trazer uma nova leitura, outra presença e uma nova visão do corpo” (Nilma Lino Gomes, 2011, p. 49). É de novas presenças e novas visões de mundo que nós precisamos. Visões que nos façam compreender que a luta pela igualdade é de todas/es/os nós sem nenhuma distinção.

As ‘gongalações’ criativas que de alguns modos contrariam a norma são iniciativas de fazer viver as vidas que são deslegitimadas, subalternizadas e esquecidas. São táticas de enfrentamento ao ódio e à maquinaria do Estado, que cerceiam suas vidas e soterram seus desejos. A desobediência tem sido um motor de potência criativa de vida, e as alianças que vão sendo articuladas ao longo da jornada servem para mantê-las de pé, juntas/es/os. Como assinala Patrícia Baroni (2021), “nossos brilhos são intermitentes, nossa dança é errática, submetemo-nos às grandes luzes. Mas resistimos. Reexistimos. E a beleza está aí: nas sobrevivências” (Baroni, 2021, p. 66). Falaremos sempre do lugar da luta, das brechas e das sobrevivências.

Referências

- ALVES, Nilda. Sobre o movimento das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. *In*: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda. (Orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Petrópolis: DP et Alii, 2008.
- BRASIL, Inês. Inês Brasil - Se Me Atacar Eu Vou Atacar. **YouTube**, 12 de Dezembro de 2016. 3min45s. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=bZO_qctGh7w >. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2025.
- BARONI, Patrícia. Sobreviver, esperar, vagalumar. **Revista Vagalumar**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 65-74, ago. 2021. ISSN 2763-9916. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/rv/article/view/2265>>. Acesso em: 11 out. 2024.
- BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, v. 23, p. 76-87, 2019. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/> Acesso em: 10/04/2025
- BENTO, Berenice. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cadernos Pagu** (43), julho-dezembro de 2014:475-497 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vYNRnLtFHvh6fhCRw5H86tB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 06/05/2025

BORBA, Rodrigo; LOPES, Adriana Carvalho. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, n. esp. VIII SENALE, p. 241-285, 2018.

BUTLER, Judith. O Parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vSbQjDcCG6LCPbJScQNxw3D/?format=pdf> Acesso em: 07/05/2025

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In* LOURO, Guacira Lopes (Org.): **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Quem canta o Estado-nação?** Língua política, pertencimento. Tradução e Prefácio Vanderlei Zacchi e Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** 1ª ed. São Paulo: Biotempo, 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 867, de 2015**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1222525>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 193, de 2016**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Diário do Senado Federal, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRITZMAN, Debora. O que é esta coisa chamada amor - Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, 21(1). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71644> Acesso em: 10/04/2025

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CORAZZA, Sandra Mara. **Para uma Filosofia do Inferno na Educação**: Nietzsche, Deleuze e outros malditos afins. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? **Sexual Policy Watch** (SPW). Disponível em: <https://is.gd/VlagXP>. Acesso em: 03/07. 2024.

Tra

DE MORAES, J. T.; FELIPE, J. Scripts de Gênero e as Performances das Crianças que Reverberam no Contexto da Educação Infantil. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/132192>. Acesso em: 30 mar. 2025.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.

ELLSWORTH, Elizabeth. **Places of learning**: media, architecture and pedagogy. New York: Routledge, 2005.

FERRACO, Carlos Eduardo. Pesquisa com o cotidiano. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. 2007.

FERRAÇO, C.E.; SOARES, M.C.S.; ALVES, N. A pesquisa nos/dos/com os cotidianos em educação. In: **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p. 89-103. ISBN 978-85-7511-517-6.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sapaio. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 42ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2020.

GARCIA, Regina Leite. Tentando compreender a complexidade do cotidiano. In: GARCIA, Regina Leite. **Método**: Pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra. **Contemporânea**, n. 2, p. 37-60, jul-dez 2011.

Disponível em:

<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/35/18>>.

Acesso em: 12 jun. 2020.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf> Acesso em: 05/05/2025

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 78 p.

PARAÍSO, Marlucy. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016 Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf> Acesso em: 10/04/2025

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2023a.

PRECIADO, Paul B. 2023. **Dysphoria mundi**: o som do mundo desmoronando. Tradução-Eliana Aguiar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; 2023b.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. É possível a conversa como metodologia de pesquisa? In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Org.). **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 163-180.

RUBIN, Gayle S. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 41-81, 2003.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Tradução Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. “O que aconteceu na aula? Políticas, currículos e escritas nos cotidianos da formação de professores numa universidade pública”. *Revista Teias* [online], Rio de Janeiro, v. 18, p. 134-148, out./dez. 2017. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/30506>. Acesso em 15/02/2023

SÜSSEKIND, Maria Luiza. “Educação em Pauta”. *Revista da ADCPII* [online], ano V, n. 1, ago. 2018. Disponível em http://adcpil.com.br/wp-content/uploads/2018/07/ebook_revista_6.pdf. Acesso em 20/02/2023.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 91-107, jan./mai. 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/980/pdf> Acesso em: 07/03/2023

SIERRA, Jamil Cabral. Entrevista: **Queerização da vida**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. EDIÇÃO 463 | 20 ABRIL 2015 Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5879-jamil-cabral->

[sierra#:~:text=Queerizar%20a%20vida%20poderia%2C%20ainda,sujidade%20e%20abje%C3%A7%C3%A3o%2C%20formular%20novas](#) Acesso em: 15/04/2024

SKLIAR, Carlos. Elogio à conversa. *In*: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Org.). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 11-14.

SERPA, Andréa. Conversas: possibilidades de pesquisa com o cotidiano. *In*: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Org.). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 93-118.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em julho de 2025